

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI Taquari/RS

PROTOCOLO	
Data:27/09/2024 14:15:32	
Processo: 21530/2024	
Viso	

REQUERIMENTO

CCP: 1000347

Identidade:

Celular:

Número: 0

Estado: RS

CEP: 0.-

Requerente: Secretaria Municipal de Assistencia Social e Habitação

CPF/CNPJ: 000.000.000-00

Telefone: E-Mail:

Endereço: NAO CADASTRADA Bairro: NAO CADASTRADO

Cidade: Taquari Setor Destino:

Assunto: SOLICITAÇÃO Descrição do Assunto:

VENHO POR MEIO DESTE SOLICITAR DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CERVIÇO DE TRANSPORTE/ FRETE PARA ENTREGA DE AJUDA HUMANITARIA. MEMORANDO N° 301/2024.

N. Termos

P. Deferimento

Taquari/RS, 27 de setembro de 2024

Secretaria Municipal de Assistencia Social e Habitação 000.000-000

Endereço Online:

Código de Verificação: F3ES-OR0D



Taquari, 12 de setembro de 2024.

Memorando: Nº 301/2024

De: Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social

Para: Gabinete/Jurídico

Venho por meio deste solicitar dispensa de licitação para contratação de empresa especializada em serviço de transporte/frete para entrega de ajuda humanitária, móveis e materiais de construção para famílias atingidas pela enchente de maio/2024, dando continuidade nas entregas enquanto perdurar o estado de calamidade. Haja visto que estamos cientes da necessidade e por este motivo estamos em fase preliminar de elaboração de ETP e ETR para processo licitatório.

Sem mais,

Ana Paula dos Santos Saldanha

Coordenadora

Secretária Municipal de Habitação e Assistência Social







Estado do Rio Grande do Sul



TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Taquari-RS

Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social

Necessidade: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE

TRANSPORTE/FRETE

1. DO OBJETO

A presente proposta visa à contratação emergencial de uma empresa especializada em serviços de transporte/frete. Essa medida é essencial para atender às necessidades prioritárias da população afetada, facilitando o transporte de bens essenciais, ajuda humanitária e materiais de construção, que são imprescindíveis para a recuperação das áreas atingidas. Nos últimos meses, o município foi severamente afetado por chuvas intensas, resultando em fortes enxurradas, alagamentos e deslizamentos de terra. Essas condições climáticas extremas provocaram danos significativos a bens públicos e privados, culminando em uma crise humanitária que requer ações imediatas para garantir a segurança e o bem-estar da população. Embora estejamos cientes da necessidade de realizar um estudo técnico preliminar e elaborar um termo de referência, o qual está em fase preliminar de elaboração) para uma futura licitação, a urgência da situação não permite aguardar esses processos. A contratação emergencial visa atender a demanda imediata enquanto se estrutura a solução definitiva.

2. DA JUSTIFICATIVA:

A magnitude dos danos e a emergência da situação demandam uma resposta rápida e eficaz. A contratação de serviços de transporte é crucial para a entrega de suprimentos, alimentos e medicamentos às comunidades isoladas e em situação de vulnerabilidade.

A Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social vem justificar a necessidade de contratação emergencial dos materiais objeto do presente termo, conforme exposto abaixo:

CONSIDERANDO o evento fático ocorrido no município de Taquari, caracterizado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil como COBRADE 13214: TEMPESTADE LOCAL/CONECTIVA — CHUVAS INTENSAS e como consequência enxurradas, alagamentos e movimentos de massas — que acometeu o município no dia 01 de maio de 2024 por volta das 4h15min;

CONSIDERANDO, que o município de Taquari foi atingido por fortes chuvas entre os dias 29 de abril de 2024 e 03 de maio de 2024 e que somado ao grande volume de precipitações na bacia do Taquari extrapolou a cota de inundação (8,50m) em ao menos 7m, atingindo 1220 famílias que foram removidas de suas residências, sendo que 114 pessoas ficaram desabrigadas, acolhidas em sedes coordenadas pelo município e, 1006 pessoas desalojadas;

CONSIDERANDO que em virtude dos eventos supra relatados o Município de Taquari declarou estado de calamidade pública, conforme Decreto Municipal nº 4.757/2024, publicado em 04/05/2024, reconhecido pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo Decreto nº 57.600/2024, publicado em 05/05/2024, reiterado pelo Decreto nº 57.603/2024, publicado na mesma data em 2º edição e, pelo Governo Federal, por meio da Portaria nº 1.379/2024, publicada em 05/05/2024;



Estado do Rio Grande do Sul



CONSIDERANDO que os eventos climáticos causaram destruição e estragos nas casas das famílias atingidas, além de estradas e pontes, impossibilitando o retorno das mesmas, após a baixa do nível do rio, uma vez que se encontram sem as mínimas condições de segurança, gerando riscos iminentes aos moradores;

CONSIDERANDO que em virtude do disposto na Constituição Federal o Município não pode ser omisso quanto aos serviços que visam o atendimento ao interesse público e que garantam, em especial no presente caso, o direito à saúde, moradia, segurança e à assistência aos desemparados, oferecendo as condições necessárias para que a população seja minimamente atendida no que diz respeito aos direitos a ela garantidos;

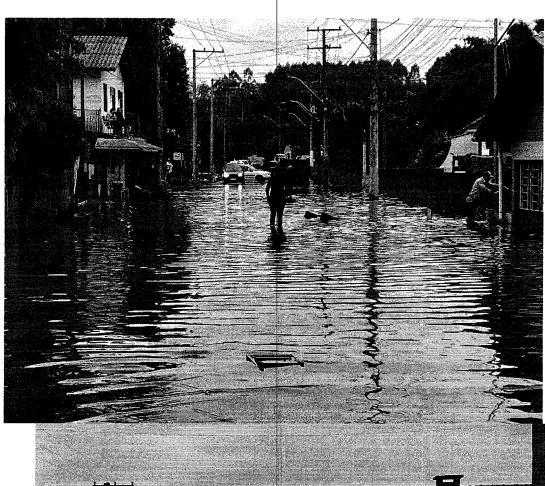
CONSIDERANDO que a emergência/calamidade como hipótese de dispensa de licitações é caracterizada pela obrigação imediata ou urgente que tem a administração pública de evitar/atender situações que possam segurança das pessoas e de bens públicos ou particulares, que não poderia aguardar o trâmite normal de um processo licitatório, como na situação ora exposta, corroborada pelas fotos que ora se anexa ao presente:





Município de Taquari Estado do Rio Grande do Sul



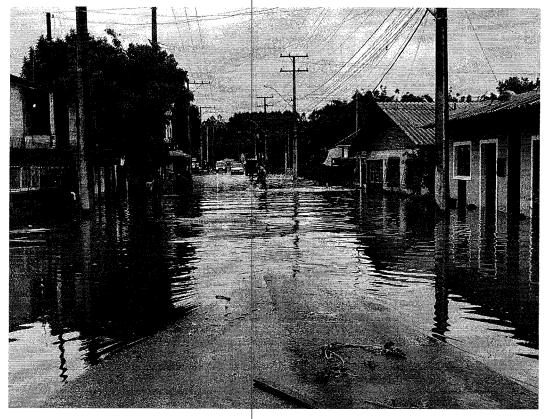


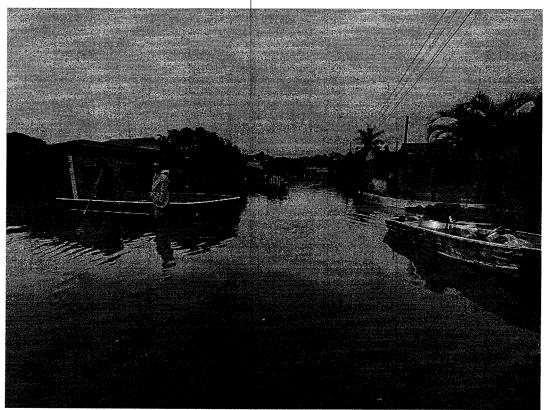




Município de Taquari Estado do Rio Grande do Sul



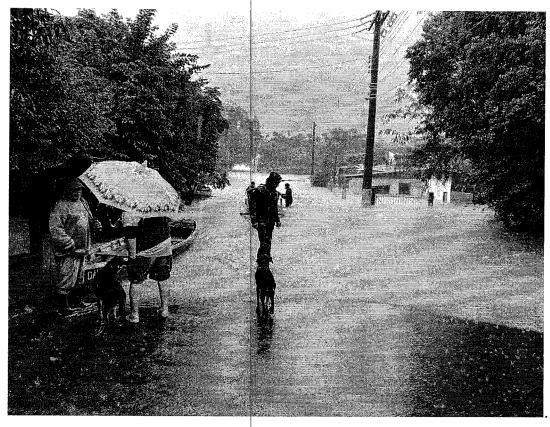






Estado do Rio Grande do Sul





TEM-SE, ANTE AO EXPOSTO acima, configurada a situação de emergência e calamidade pública, que impõe ao governo municipal o auxílio ao restabelecimento das mínimas condições de moradia, segurança e dignidade às famílias vitimadas, com a disponibilização, de forma emergencial, dos materiais objeto do presente processo.

3. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO:

3.1. Acontratação será realizada por meio de dispensa de licitação em razão de emergência/calamidade pública prevista na Medida Provisória Nº 1.221/2024:

"Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública.

4. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1. A solução proposta é a contratação de empresa especializada em transporte/frete objeto do presente processo, em caráter emergencial, nos termos e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes, para serem distribuídos ajuda humanitárias, material de construção e transporte de moveis

às famílias vitimadas pelos eventos climáticos já referidos, segundo os critérios e necessidades a serem apurados pela Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social em conjunto com a Defesa Civil.

5. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS



Estado do Rio Grande do Sul



ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTD.	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3
			unitário	unitário	unitário
01	Entrega de ajuda humanitária/	500	R\$ 180,00	R\$ 250,00	R\$ 190,00
	moveis/material de construção			·	-

6. DAS COTAÇÕES E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- **6.1.** No processo em epígrafe, verificou-se a necessidade de cotações devido à natureza do objeto do procedimento.
- **6.2.** Registra-se que a Secretaria de Habitação e Assistencia Social buscou orçamentos com o comércio local, tendo em vista a urgência na entrega e o estado de Calamidade em que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul, bem como os municípios dos Vales, Serra e Região Metropolitana, com diversos municípios completamente devastados e com inúmeros bloqueios nas rodovias estaduais e federais, que inviabilizam, por ora, a entrega do material, na urgência necessária, por empresas sediadas fora do município.
- **6.3.** Com vistas alcançar a maior efetividade com preço mais vantajoso a administração solicitou orçamento das empresas abaixo relacionadas, conforme valores discriminados na tabela do item "5. Descrição dos materiais":
- **6.3.1.** ADRIANA SILVEIRA LAUTERT, inscrita no CNPJ sob o nº 55.937.110/0001-76
- 6.3.2. VALTER LUIS VARGAS DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.630.862/0001-80;
 - **6.3.3.** ALINE LOPES DE ARAUJO, inscrita no CNPJ sob o nº 56.099.614/0001-27;
- **6.4.** Assim, a empresa ue apresentou menor preço por frete entre os fornecedores, considerandose o critério de julgamento do menor preço por item, da seguinte forma:
 - ADRIANA SILVEIRA LAUTERT, inscrita no CNPJ sob o nº 55.937.110/0001-76

7. JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

- 7.1. O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas, o que foi atendido no presente processo.
- 7.2. Comparadamente as pesquisas realizadas, demonstra-se que a contratação está dentro do valor de mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

8. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

- **8.1.** Os fretes/ entregas serão realizados conforme solicitação desta secretaria.
- 8.2.1. O município, por intermédio da Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social,



Estado do Rio Grande do Sul



em conjunto com a Defesa Civil, fará o levantamento dos materiais a serem distribuídos às famílias vitimadas, segundo os critérios e necessidades apurados pelos mesmos.

- 8.3. Os produtos deverão ser entregues e descarregados por funcionários da empresa Contratada, no local indicado, em data e horário previamente agendado, nas quantidades solicitadas e deverão ser adequadamente transportados, de forma a permitir a completa preservação dos mesmos e sua segurança durante o transporte, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.
 - **8.4.** A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue na data em que a empresa contratada proceder à entrega dos produtos.

9. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

- **9.1.** As condições dos produtos serão conferidas por funcionário do departamento citado anteriormente, sendo que os produtos devem apresentar todas as características previstas neste instrumento contratual.
- 9.2. Em constatando discordância de quaisquer das características e/ou especificações técnicas solicitadas ou, ainda, incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados, a Administração poderá obrigar a Contratada a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado.
- **9.3.** Verificada a desconformidade dos produtos entregues com as exigências deste instrumento, a Administração poderá:
- **9.3.1.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- **9.3.2.** Na hipótese de substituição, o FORNECEDOR deverá fazê-la em conformidade com a indicação do fiscal anuente, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado, sujeitando-se às penalidades previstas neste instrumento.
- **9.3.3.** Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação, no mesmo prazo estabelecido acima, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- **9.4.** Não serão recebidos os produtos quando apresentarem indícios ou características que possam vir a comprometer a utilização dos mesmos.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O prazo de vigência do contrato originário do presente processo será de até 30 (trinta) dias, contados de sua assinatura.

11. DAS OBRIGAÇÕES:

- 11.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:
- 11.1.1. Efetuar o pagamento ajustado;
- **11.1.2.** Prestar ao CONTRATADO todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto;



Estado do Rio Grande do Sul



11.1.3. Determinar, através do fiscal anuente do contrato, todas as condições para a execução do presente contrato.

11.2. Constituem obrigações do CONTRATADO:

- 11.2.1. Fornecer o objeto deste contrato de acordo com as especificações do presente instrumento, responsabilizando-se pela exatidão dos fornecimentos, com a alocação dos serviços necessários ao perfeito cumprimento das Cláuslas Contratuais;
- 11.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078 de 1990), ficando a Contratada autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondentes aos danos sofridos.
- 11.2.3. Reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas quando da entrega do objeto;
- 11.2.4. Prover o adequado transporte do objeto da presente contratação;
- 11.2.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato para terceiros;
- **11.2.6.** Obedecer aos prazos de entrega dos produtos estipulados e cumprir todas as exigências contratuais;
- 11.2.7. Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os produtos não atenderem as condições deste instrumento;
- 11.2.8. Responsabilizar-se, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, responder pelos danos, dolosos ou culposos, causados pelos mesmos ao Contratante ou a terceiros na execução do contrato.
- 11.2.9. Manter em dia o pagamento do salário do pessoal alocado aos serviços, bem como dos respectivos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, sendo esses de sua inteira responsabilidade;
- 11.2.10. A empresa contratada fica proibida de criar ônus, seja por taxas, serviços ou encargos não previstos na legislação e não autorizados expressamente pelo contratante;
- **11.2.11.** Cumprir, ao longo de toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
- **11.2.12.** Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento do disposto no item supra, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.
- 11.2.13. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou



Estado do Rio Grande do Sul



de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme art.48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.2.14. Manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação apresentadas para contratação.

12. DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- **12.1.** O valor do presente processo totaliza a importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil), sendo que o pagamento será efetuado após a entrega dos materiais, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da nota fiscal, mediante aprovação e liberação pelo fiscal-anuente do contrato, por intermédio da Tesouraria do Município.
- **12.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho, do contrato e do processo de origem, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- **12.3.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores poderão ser corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a Contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes do presente processo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

13.1.1. Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social;

Proj. Ativ.: 2217 – PVAC- Piso Variavel de Alta Complexidade;

Elemento: 3.3.9.0.39.74.00.00 - Fretes e transportes em encomendas;

Recurso: 1634 – PVAC- Piso Variável de Alta Complexidade; Reduzida: 15777 – PVAC- Piso Variável de Alta Complexidade;

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

- **14.1.** A gestão e a fiscalização do contrato originário do presente processo serão realizadas conforme o disposto do Decreto Municipal nº 4.528 de 08/03/2023, nos termos da Lei Federal nº14.133/202.
- **14.2.** A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração, que em conformidade com o art. 13, do Decreto Municipal 4.528/2023, designou a servidora Amanda Pereira Martins, como Gestor de Contratos, nos termos da Portaria nº 566/2023.
- 14.3. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo das Secretarias de Obras e serviços Urbanos e de Habitação e Assistência Social, que designam a servidora Ana Paula dos Santos Saldanha, nomeada pela Portaria nº 236/2024, em conformidade com o art. 14 do decreto supra referido, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul



- **14.4.** Caberá ao fiscalizador do contrato, proceder às anotações das ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.
- **14.5.** A fiscalização é exercida no interesse do Município, não exclui ou reduz a responsabilidade do fornecedor contratado por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Município de Taquari ou de seus agentes e prepostos.
- **14.6.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto, deverão ser prontamente atendidas pelo fornecedor contratado, sem quaisquer ônus adicionais para o Município de Taquari.
- **14.7.** O Município de Taquari se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que estiverem em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo contrato.

15. HIPÓTESES DE SANÇÕES E RESCISÃO CONTRATUAL:

- **15.1.** O contrato originário do preente processo poderá ser rescindido na ocorrência de uma das situações previstas na Lei nº 14.133/2023
- 15.2. Com relação as sanções, por eventual descumprimento das cláusulas contratuais, deverão ser aplicadas as adotadas pelo município em contratações de objeto similar.

Taquari, 12 de setembro de 2024.

Ana Paula Saldanha

Secretaria Municipal de Habitação e Assistencia Social